

PRÁTICAS RESTAURATIVAS NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA –
POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL¹

RESTORATIVE PRACTICES AT THE FEDERAL INSTITUTE FARROUPILHA -
POSSIBILITIES AND CHALLENGES IN STUDENT ASSISTANCE

Daniela Camargo²

Isabel Cristina Martins Silva³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo compreender quais as possibilidades e desafios que os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, lotados no setor de Assistência Estudantil, possuem referente ao trabalho desenvolvido com as Práticas Restaurativas, bem como identificar quais os campi utilizam essas práticas como ferramenta de trabalho e de verificar os desafios e possibilidades. As Práticas Restaurativas no ambiente escolar têm sido utilizadas para o tratamento dos conflitos com os círculos restaurativos, com o foco no atendimento das necessidades de todos os envolvidos, além de ser uma possibilidade de construção de relações saudáveis e de autocuidado entre a comunidade escolar, através dos círculos de construção e paz. Para este trabalho utilizou-se a pesquisa qualitativa, com abordagem dedutiva, tendo como procedimento de pesquisa a revisão bibliográfica e documental além de um questionário afim de verificar os limites e possibilidades deste trabalho. Como

¹ Trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de Especialista em Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos.

² Aluna do curso de Especialização em Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos no âmbito Público e Privado da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). Mestranda em Educação do Instituto Politécnico do Porto de Porto, Portugal. Graduada (2008) em Serviço Social pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Assistente Social do Instituto Federal Farroupilha. E-mail: danielacamargo1007@gmail.com

³ Professora Orientadora. Coordenadora do Curso de Especialização em Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos no Âmbito Público e Privado da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). Professora do Curso de Direito da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). Professora Membro do Centro de Mediação e Práticas Restaurativas (CEMPRE) na Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). Professora do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública Municipal na Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). Mestranda em Ciências Jurídicas da Universidade Autônoma de Lisboa. Especialista (2013) em Direito da Criança e do Adolescente pela Escola Superior do Ministério Público. Graduada (2009) em Direito pela Faculdade Metodista de Santa Maria. Pós-graduanda em Sistemas de Justiça: conciliação, mediação e justiça restaurativa na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Assessora de Promotor de Justiça na Promotoria de Justiça Regional de Educação de Santa Maria, do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Atuação como Facilitadora nos Cursos de Formação em Justiça Restaurativa. Palestrante e Coordenadora de Procedimentos Restaurativos e Círculos de Construção de Paz. E-mail: cris.praticasrestaurativas@gmail.com

análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo. Pode-se perceber que existem muitos desafios e possibilidades para a efetivação deste trabalho que possibilita transformar as relações entre os sujeitos, e principalmente ente si, além de ser necessário construir mecanismos de avaliação, suporte e supervisão para os facilitadores em Práticas Restaurativas. Este trabalho está inserido na área de concentração de Cidadania, Políticas Públicas e Diálogo entre Culturas Jurídicas, e na linha de pesquisa do Constitucionalismo e Concretização de Direitos, da Faculdade de Direito de Santa Maria.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Facilitadores; Práticas Restaurativas.

Abstract:

This article aims to understand the possibilities and challenges that the servers of the Federal Institute of Education, Science and Technology Farroupilha, crowded in the Student Assistance sector, have related to the work developed with restorative practices, as well as identifying which campuses use these practices as a work tool and verifying the challenges and possibilities. Restorative Practices in the school environment have been used to treat conflicts with restorative circles, focusing on meeting the needs of all involved, besides being a possibility of building healthy relationships and self-care among the school community, through the circles of construction and peace. For this work, qualitative research was used, with a deductive approach, having as a research procedure the bibliographic and documentary as well as a questionnaire in order to verify the limits and possibilities of this work. Content analysis was used as data analysis. It can be perceived that there are many challenges and possibilities for the implementation of this work that allows transforming the relationships between the subjects, and especially among themselves, besides being necessary to build mechanisms of evaluation, support and supervision to facilitate them in Restorative Practices. This work is inserted in the area of concentration of Citizenship, Public Policies and Dialogue between Legal Cultures, and in the research line of Constitutionalism and Human Rights, of the Faculty of Law of Santa Maria.

Keywords: Student Assistance; Facilitators; Restorative Practices.

Introdução

No segundo semestre de 2017 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar – passou a repensar estratégias de resolução de conflitos a partir do aumento de conflitos vinculados à temática de gênero e diversidade sexual que os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) ligados a Coordenação de Ações Inclusivas (CAI), estavam enfrentando nos campi⁴, entendendo que a forma usual de resolução que se dava através de processos disciplinares discentes não mais dava conta das situações, visto que a punição por si só, não trazia a reflexão e muito menos a responsabilização dos danos. Inicialmente foi instituído o Grupo de Trabalho através da Portaria 1258/2017, composto por representantes da Direção de Assistência Estudantil (DAE), Governança, Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos (COPSA), Ouvidoria, Comissão de Ética, Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) e Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) para elaborar uma política de prevenção, conscientização e responsabilização de todas as formas de violência na Instituição, que após muita discussão, tornou-se a Política de Não Violência do IFFar, destacando a preocupação institucional de buscar soluções aos conflitos e criar políticas institucionais para a promoção da paz.

Assim, em 30 de outubro de 2018 o Instituto Federal Farroupilha – IFFar aprovou a resolução nº 71/2018 que estabelece a Política de Não Violência do IFFar, tendo como princípios a vinculação com os processos de gestão e cultura organizacional do IFFar voltados às práticas mediadoras e incentivadoras da cultura da paz, também a aplicação da Comunicação Não Violenta (CNV) como uma forma de interação e convivência a ser assumida por todos e o uso das Práticas Restaurativas como metodologia de prevenção e mediação de conflitos.

Essa política tem como objetivos: estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações institucionais com o foco na sensibilização para a não violência; demarcar

⁴ Conforme Nota Informativa 155/2015/CGPG/DDR/SETEC/MEC, orienta-se que o uso do vocábulo “campus” seja adotado para o singular e “campi” para utilização no plural. Campus é o termo empregado para designar uma área com instalações de ensino, tanto de universidades quanto dos Institutos Federais.

uma postura institucional de repúdio à discriminação e aos atos violentos; incentivar a sensibilização, a problematização e a produção de novas formas de abordar as relações humanas, pautadas numa cultura de paz e diálogo compassivo; promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes não violentas no âmbito institucional; prevenir, por meio da mediação de conflitos, a abertura de processos disciplinares no âmbito institucional; incentivar a condução dos processos por meio de diretrizes não violentas e de responsabilização educativa (IFFar, 2018).

No primeiro semestre de 2018, o IFFar proporcionou formação para um grupo de servidores de diferentes campi atuarem como facilitadores de práticas restaurativas com o objetivo de formar lideranças em justiça restaurativa e embasar teoricamente esses sujeitos para a implantação das práticas restaurativas na instituição.

Muitos dos servidores que participaram da formação em práticas restaurativas encontram-se lotados na Coordenação de Assistência Estudantil que, é um setor de atendimento direto ao aluno, com uma equipe multidisciplinar (assistente de alunos, assistente social, enfermeiro, médico, nutricionista, odontólogo, pedagogo ou técnico em assuntos educacionais) que trata de assuntos ligados ao acesso, permanência, êxito e participação dos estudantes no espaço escolar.

Historicamente, na instituição, a CAE recebeu a atribuição de resolver questões disciplinares referente aos estudantes através de processos disciplinares como Regulamento de Convivência dos Estudantes do IFFar prevê, mesmo não estando presente na política de assistência estudantil. Desta forma, a partir deste investimento institucional de formar facilitadores em práticas restaurativas possibilitou novas ferramentas de trabalho não só para resolver conflitos, como também para preveni-los.

Esta nova metodologia de trabalho que a instituição está adotando já possui alguns resultados institucionalmente, além de novos investimentos para capacitar os servidores, assim, é importante analisarmos quais são os desafios e possibilidades que estes atores estão encontrando na prática ao executar este trabalho,

melhorando assim os nossos processos para garantir de fato a permanência e o êxito de nossos alunos na instituição.

Diante disso, este trabalho tem como tema as práticas restaurativas e a assistência estudantil, tendo por objetivo principal analisar os limites e possibilidades do trabalho com práticas restaurativas realizado pelos servidores lotados na Coordenação de Assistência Estudantil – CAE do Instituto Federal Farroupilha, surgindo a partir do questionamento sobre quais são os desafios e as possibilidades do trabalho da Assistência Estudantil com as práticas restaurativas no IFFar. Está inserido na linha de pesquisa Constitucionalismo e Concretização de Direitos e da área de concentração Cidadania, Políticas Públicas e Diálogo entre Culturas Jurídicas, da Faculdade de Direito de Santa Maria.

Para a construção deste trabalho, utilizou-se a pesquisa qualitativa por entender que ela possibilita verificar a compreensão que os sujeitos possuem acerca do assunto, buscando os significados, os valores, os motivos, as crenças e atitudes, que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser quantificados (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Como coleta de dados, realizamos a pesquisa nos documentos institucionais, revisão bibliográfica e também um questionário aos servidores que trabalham na assistência estudantil para verificar os desafios e as possibilidades do trabalho.

O questionário foi construído por meio da plataforma Formulários Google, sendo um questionário aberto, possibilitando que o participante respondesse livremente. Enviamos o questionário para a lista de servidores que possuem a capacitação para facilitação de práticas restaurativas, garantindo o anonimato das respostas. Somente com o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os participantes puderam responder as questões.

Para a análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, que conforme Bardin (1979, p. 38) é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que usa de procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Inicialmente, realizamos a pré-análise, sendo a fase de reconstrução do plano inicial de trabalho. Segundo Bardin (1979, p. 95), ela possui três missões: a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Após a pré-análise, realizamos a exploração do material onde os documentos passaram a constituir um *corpus* e submetidos a um estudo aprofundado orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos da pesquisa. Por fim, o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação, sendo a fase de análise do conteúdo latente dos documentos.

1 - Assistência Estudantil e as Práticas Restaurativas

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar, foi criado através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, onde define em seu artigo 2º que os IFs

(...) são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta lei (BRASIL, 2008).

A criação do IFFar se deu pela integração do então Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, e sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e também da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto que pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves.

Hoje o IFFar possui sua reitoria em Santa Maria e 11 campi, sendo nos municípios de Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguarí, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, São Borja, São Vicente do Sul, um campus avançado em Uruguaiana, além de polos de educação a distância e centros de referência distribuídos pelo estado.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026 no IFFar, “o ensino tem ênfase na integração de uma formação geral, laica, com princípios humanistas e de base cultural ampla, partindo de contextos regionais, e de uma formação voltada para o trabalho” (p. 8), que ocorre desde os Cursos de Formação Inicial Continuada até a pós-graduação *stricto senso*, verticalizando a sua organização pedagógica.

Tendo como missão institucional a promoção da educação profissional, científica e tecnológica com o foco na formação integral do cidadão, a Política de Assistência Estudantil se torna fundamental na oferta de serviços que possibilitem a ampliação de acesso à educação e a permanência dos estudantes.

Conforme Antunes (2018, p. 22) a criação de políticas públicas compensatórias, como a assistência estudantil, decorre da dificuldade de acesso à educação por muitos brasileiros marcados por processos históricos de exclusão, desigualdade e condição de pobreza. Assim, no Brasil construiu-se uma tradição de apoio estudantil, principalmente no que se refere à oferta de alimentação e moradia.

O primeiro marco regulatório que faz referência a assistência estudantil abrange bolsas de estudos e serviços de assistência médica e hospitalar, conforme o artigo 108 do Decreto nº 19.851/1931, onde:

Art. 108. Para efetivar medidas de providência e beneficência, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitários e o Diretório Central dos Estudantes, afim de que naquelas medidas seja obedecido rigoroso critério de justiça e de oportunidade.

Parágrafo único. A secção de previdência e de beneficência da Sociedade de Professores organizará, de acordo com o Diretório Central dos Estudantes, o serviço de assistência médica e hospitalar aos membros dos corpos discentes dos institutos de ensino superior (ANTUNES, 2018, p. 76, apud BRASIL, 1931).

Em 1934 a assistência aos estudantes passa a adquirir um patamar legal constitucional junto às atribuições do Estado Brasileiro, onde passou-se a pensar e articular investimentos para assegurar a permanência dos estudantes na educação

superior (CAVALHEIRO, 2013, p. 33). Assim, ela estabelece em seu art. 157, que o recurso “deveria ser aplicada em auxílios aos alunos necessitados, em forma de material escolar, bolsas de estudo, alimentação, atendimento médico e odontológico” (ANTUNES, 2018, p. 76).

A Constituição Federal de 1937 faz menção à assistência aos mais necessitados quanto da isenção da contribuição módica e mensal para o caixa escolar. Já na Constituinte de 1946, a assistência estudantil muda o enfoque, tornando-se assistência educacional obrigatória, mas não especifica como suas ações devem ocorrer (ANTUNES, 2018, p. 77).

Para Antunes (2018, p. 77) essa especificação fica clara a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971 que estabelece aos serviços de assistência educacionais auxílio para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico, dentário e outras formas de assistência familiar que for necessário.

Com a Constituição Federal de 1988 previa em seu artigo 208, inciso VII, o atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Este artigo foi modificado através da Emenda Constitucional nº 59 de 2009, ampliando para todas as fases da educação básica.

Na década de 80, as discussões sobre assistência estudantil na educação superior foram fortalecidas pelos movimentos sociais. Segundo Cavalheiro (2013, p. 35 apud FONAPRACE, 1993) a minimização de recursos, o sucateamento das universidades e do total descompromisso do Governo Federal com o a educação pública e gratuita, unida a pressão dos movimentos sociais resultou na criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, o FONAPRACE.

Este Fórum foi fundamental na luta pela assistência estudantil, discutindo, fortalecendo e pesquisando o perfil dos estudantes das universidades brasileiras (CAVALHEIRO, 2013, p. 37). Desta forma, a promulgação do Programa Nacional de

Assistência Estudantil é um marco histórico e muito importante da luta pela permanência dos estudantes no ensino superior.

Este programa tornou-se o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 (PNAES) abrangendo os Institutos Federais em seu Art. 4º, onde determina que as ações devem considerar “suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente” (BRASIL, 2010).

Segundo este decreto, as ações de assistência estudantil devem ser desenvolvidas nas áreas de: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Assim, para atender o decreto, o IFFar considera que a

(...) Assistência Estudantil deve incentivar e colaborar com o processo de ingresso dos alunos; atuar em prol da inclusão social, de modo a garantir igualdade de oportunidades entre os estudantes; e contribuir com a permanência e o êxito dos discentes, por meio da equipe multiprofissional, a qual deve agir preventivamente nas funções que cabem ao setor. (IFFAR, 2019, p. 97)

A assistência estudantil tem como função atuar junto a outros setores buscando “minimizar as necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, possibilitando a inclusão social, a produção de conhecimento, a melhoria do desempenho acadêmico e a qualidade de vida” (IFFAR, 2019, p. 98). Para isso, este trabalho deve ser organizado através programas, ações e projetos com o foco nas diversas vulnerabilidades sociais apresentadas pelos estudantes.

A Política de Assistência Estudantil do IFFar foi aprovada através da Resolução CONSUP 12/2012 sendo constituída com base no Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, e também na missão institucional, respeitando a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, buscando

assim, a ampliação ao acesso à educação e à permanência dos estudantes nas unidades. Deve ser realizada a partir de programas, projeto e ações conforme seis eixos: Ampliação do acesso ao IF Farroupilha; Apoio a permanência dos estudantes do IF Farroupilha; Apoio didático-pedagógico e acompanhamento de egressos; Atenção à saúde; Promoção do esporte, cultura e lazer; e Monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil.

Para além de diversas ações desempenhadas, dentro desses eixos, pelo setor de assistência estudantil, com o foco na permanência, no cuidado e no êxito dos estudantes, o Regulamento de Convivência Discente do IFFar, atribui outra função à CAE – Coordenação de Assistência Estudantil, que é de aplicar medidas disciplinares em situações de faltas leves e médias. Essa aplicação se dá em parceria com o NPI – Núcleo Pedagógico Integrado, conforme em seu Art. 13 e 14.

Este regulamento tem a finalidade de estabelecer os direitos e deveres dos estudantes, bem como qualificar as faltas disciplinares em relação a convivência no espaço acadêmico. As faltas disciplinares são classificadas em seu artigo 7 como: leves, passíveis de orientação verbal; média, passíveis de advertência e/ou desenvolvimento de atividades educativas junto ao campus; e, graves, passíveis de atividades educativas e/ou suspensão máxima de 5 dias, cancelamento da matrícula ou transferência compulsória.

A aplicação dessas medidas se dá da seguinte forma:

Art. 13. Nas faltas disciplinares leves, caberá ao servidor do *campus* que presenciar a falta fazer a orientação verbal e o seu registro junto à CAE.

Art. 14. Nas faltas disciplinares médias, caberá à CAE, em parceria com o NPI, implementar as devidas medidas disciplinares.

Art. 15. Nas faltas disciplinares graves, será aberto Processo Disciplinar do Estudante a ser conduzido por Comissão Disciplinar Discente, a qual deverá ouvir as partes envolvidas e garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa (CONSUP, 2018, p. 8).

Com o aumento de processos disciplinares, ano a ano, a Direção de Assistência Estudantil, junto aos seus pares, construiu o Manual para Instauração e Acompanhamento de Processo Disciplinar Discente, com a finalidade de orientar

sobre os procedimentos para a apuração das faltas disciplinares, pela Comissão Disciplinar instaurada em cada campi. Sobre os processos disciplinares, importante dizer que em 2015, foram abertos 65 processos; em 2016 foram 73 processos; em 2017 foram 87 processos; e em 2018, foram 120 processos⁵.

Diante do aumento desses números de processos, e sendo o IFFar um espaço escolar, de convivência e não isento de conflitos, é necessário pensar e criar outras formas de tratamento e/ou prevenção destes. Conforme Pistoia e Silva (2017, p. 11), parte dos conflitos do ambiente escolar possui origem nas vivências em que os alunos são expostos em seu ambiente familiar o qual, muitas vezes, é um espaço com carências afetivas, econômicas e sociais de toda ordem, refletindo na escola por meio de atitudes de indisciplina, agressividade e irresponsabilidade com sua formação. Vale refletir que essas carências são percebidas em todos os níveis de educação, não somente entre os adolescentes, pois muitas vezes são questões que os estudantes carregam consigo durante toda a vida.

Mesmo que o Regulamento de Convivência Discente se trate de um processo educativo e não punitivo, de alguma forma essas medidas afetam a vida de todos os estudantes que foram envolvidos, direta ou indiretamente em cada processo. Desta forma, a Assistência Estudantil do IFFar, que tem seu foco na permanência e no êxito dos estudantes, e que diariamente trabalha com a resolução de conflitos, inseriu em seu último regulamento, no Art. 22, que o processo disciplinar será instaurado, quando todas as possibilidades de resolução do conflito estejam esgotadas, sendo através do diálogo e da mediação de conflitos.

Aliado ao Regulamento de Convivência Discente, o IFFar instituiu, através da Resolução CONSUP nº 71 de 30 de outubro de 2018, a Política de Não Violência do IFFar, sendo um marco para se pensar e organizar novas formas de abordar as relações humanas, através de uma cultura de paz e do diálogo compassivo,

⁵ Pesquisa realizada nos documentos enviados pela Direção de Assistência Estudantil do IFFar, que foram apresentados na Formação das Comissões Disciplinares Discentes em 27 de junho de 2019.

buscando promover uma mudança cultural, prevenindo a abertura de processos disciplinares através da mediação de conflitos, incentivando ações não violentas e de responsabilização educativa.

Desta forma, a Assistência Estudantil é um importante espaço para garantia da permanência dos estudantes, considerando suas especificidades de trabalho e buscando atender da melhor forma as necessidades identificadas pelos estudantes, entre elas, a capacitação de servidores lotados neste setor para a facilitação de Práticas Restaurativas.

As práticas restaurativas são originadas do modelo de Justiça Restaurativa e tem sido utilizada para a prevenção e tratamento dos conflitos nos espaços escolares, com o foco em atender as necessidades de todos os envolvidos nos conflitos, criando uma cultura de diálogo, cuidado, confiança e conexão.

Alguns autores utilizam o termo Justiça Restaurativa na Educação, ou Disciplina Restaurativa, mas para este trabalho, entendemos que no espaço escolar o termo adequado é Prática Restaurativa, sendo compreendida como

(...) ações em que a utilização de “diferentes metodologias de estruturação e promoção de encontros entre as partes envolvidas” são amplamente utilizadas de forma a promover o diálogo, superar os conflitos e resolver os problemas de forma consensual e colaborativa (PISTOIA e SILVA, 2017, p, 51, apud RIO GRANDE DO SUL, 2015, p.26)

Para Assumpção e Yazbek (2014, p. 57) as práticas restaurativas, além de responderem a processos formais e informais de crime ou infração, são processos que precedem o conflito, construindo relações positivas e sentimento de comunidade para a prevenção da violência. Para as autoras “quando houver uma rede de relações e de conexões entre os indivíduos, torna-se mais fácil e efetivo responder aos delitos, restaurar a ordem social e criar um ambiente organizacional positivo” (2014, p.57).

Desta forma, criar ambientes que sejam justos e equitativos, nutrir relacionamentos saudáveis, além de reparar danos e transformar conflitos, são para

Evans e Vaandering (2018, p. 17-18) os três componentes das práticas restaurativas⁶, que nascem da ideia (crença central) de que as pessoas são valiosas, possuem valor enquanto seres humanos, e que são relacionais, estão interconectadas entre si e com o mundo, carregando valores de respeito, dignidade e de cuidado mútuo em suas raízes.

Nas escolas, os relacionamentos deveriam ser caracterizados pela justiça e equidade, mas, muitas vezes acaba reproduzindo práticas discriminatórias, excludentes e opressoras, assim, as práticas restaurativas são um meio para facilitar uma convivência onde todos “são tratados com valor de dignidade, independente de sua raça, etnia, religião, nacionalidade, habilidade, condição econômica, linguagem, tipo físico, gênero ou orientação sexual” (EVANS e VAANDERING, 2018, p. 57).

Ser um espaço justo e equitativo, para as autoras, significa que todas as pessoas terão suas necessidades atendidas, pois o compromisso das práticas restaurativas é cuidar das necessidades de todas as pessoas da comunidade. Para Evans e Vaandering (p. 59, apud HOWARD ZEHR, 2018), são três as necessidades centrais como pilares da Justiça Restaurativas que são essenciais ao bem-estar, sendo a autonomia, a ordem e a relacionalidade. A autonomia, diz respeito ao senso de controle pessoal e de empoderamento; a ordem, ao senso de confiança no mundo em que vivemos e de como ele funciona; e a relacionalidade é o senso de conexão e de ter um lugar dentro dos relacionamentos.

Zehr diz que, quando essas necessidades centrais não são atendidas, “constrói-se um senso de autonomia pela dominação dos outros, um senso de ordem baseado na violência e na força, e um senso de relacionalidade fincado na desconfiança dos outros e na associação com outros ‘excluídos’ (EVANS e VAANDERING, 2018, p. 59).

Para um espaço de aprendizado justo e equitativo, é essencial nutrir relacionamentos saudáveis, além de tratar dos conflitos. Quando a comunicação é respeitosa, e quando o poder, a decisão, são compartilhados com o foco no

⁶ Em sua obra, as referidas autoras utilizam o termo Justiça Restaurativa na Escola.

atendimento das necessidades individuais e coletivas, estaremos cultivando relacionamentos saudáveis (EVANS e VAANDERING, 2018, p. 69).

Para que existam relações saudáveis, uma relação de cuidado mútuo, aquele que está sendo cuidado precisa sentir esse cuidado e dar sinais ao seu cuidador de seu sentimento de gratidão e reconhecimento. Quando não há essa resposta, há um desgaste do cuidador, que necessita desta resposta positiva para nutrir sua dedicação ao bem-estar da outra pessoa. Porém, é preciso que os alunos realmente percebam que um professor se importa com eles. Se não houver a percepção do cuidado, não receberão o benefício desse relacionamento. Ou seja, os dois lados devem participar para que o relacionamento se torne realmente significativo (BOYES-WATSON E PRANIS, 2017, p. 333).

Quando no espaço escolar, as relações não são saudáveis, desconsiderando as diferenças entre os alunos, e estabelecendo padrões comportamentais, os alunos com atitudes diferentes das consideradas e esperadas “normais” geralmente recebem críticas que reforçam a necessidade de sua mudança comportamental. Se essa mudança não acontecer, o aluno tende a receber rótulos, uma “etiqueta” de aluno problema, que será a sua identificação tanto entre os docentes e colegas como na escolha de estratégias de abordagem sobre este adolescente (PISTOIA e SILVA, 2017, p. 48) e/ ou adulto.

Podemos identificar algumas características consideradas de alunos desviantes como

aquele que, seguidamente, não traz o material escolar (livro, cadernos, lápis ou caneta), não entrega o trabalho na data acordada, tem altos índices de infrequência e não apresenta bom comportamento em sala de aula, já que conversa em demasia com colegas, fala palavrões e, não raro, agride colegas de classe por meio de gestos e palavras (PISTOIA e SILVA, 2017, p.48-49).

Segundo Pistoia e Silva (2017, p. 49), as respostas a essas condutas geralmente se dão através de discursos punitivos e repressivos, trazendo resultados negativos perante as ações desenvolvidas com os alunos. Os alunos que são

castigados tendem a não compreenderem a punição e a não se responsabilizarem pelas consequências dos seus atos, culpando assim, aquele que ele considera o responsável pela punição (AMSTUTZ e MULLET, 2012, p. 30).

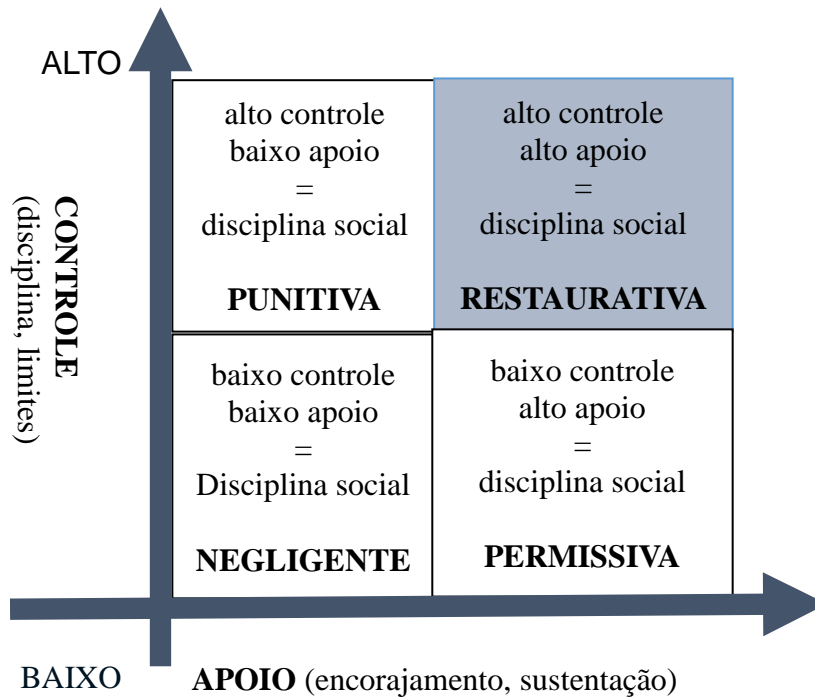
Boyes-Watson e Pranis (2017, p. 339), nos explicam que relações baseadas no controle, não auxiliam na compreensão e internalização dos valores subjacentes as regras, mas que a autodisciplina e o autocontrole são necessários para uma maior aprendizagem. Para elas, esta relação de controle no espaço escolar prejudicam os relacionamentos com os estudantes, reduzindo a confiança e a capacidade de aprender.

Às vezes, a punição é uma expressão de poder, alimentada pelas emoções de raiva, mágoa ou frustração. No final, os relacionamentos coercitivos nunca são relacionamentos de cuidado, e relacionamentos de cuidado são os únicos relacionamentos que bancam a confiança e a conexão que promovem o amadurecimento e o crescimento (BOYES-WATSON e PRANIS, 2017, p.339).

O uso de processos punitivos, ou as ameaças de punição, deveriam ser o último recurso. Para essas abordagens, o que importa é a correção do mau causado, independente da punição ter ligação com o comportamento que levou a ação. É preciso, oferecer opções restaurativas como procedimento padrão, pois as ações restaurativas estão focadas na responsabilização, enfatizando a empatia e a reparação do mal causado, além de reconhecer as necessidades e sentimentos que estão no cerne deste comportamento, além das necessidades daqueles que foram prejudicados (AMSTUTZ e MULLET, 2012, p. 31).

Para Costello, (et all, 2012, p. 54) a sociedade percebe que as únicas possibilidades de responder as infrações se dão pela punição ou permissão. No espaço escolar, tem-se a ideia de que se não está sendo punitivo é porque está sendo permissivo, limitando assim as possibilidades de ação frente aos conflitos. Diante disso, os autores trazem a Janela da Disciplina Social para demonstrar que nas Práticas Restaurativas a ideia de punição e permissão não são únicas, possibilitando o apoio e estímulo aos alunos para encontrarem outras formas de lidar com os comportamentos negativos.

As Práticas Restaurativas têm como proposta fazer com que as pessoas se sintam felizes e que tenham possibilidades de mudanças positivas no espaço escolar, que acontecerá “quando as pessoas que possuem uma posição hierarquicamente superior (Diretores, Coordenadores, Professores, Orientadores Educacionais) passem a propor algo ‘com’ ele, em vez de ‘contra’ ele ou ‘para’ eles” (PISTOIA e SILVA, 2017, p. 62, apud Costello, et all, 2012).



Assim, quando temos uma educação de baixo apoio e baixo controle, teremos uma disciplina negligente; se a educação for com baixo controle e muito apoio, teremos uma disciplina permissiva; se a educação for com muito controle e baixo apoio, poderemos ter uma disciplina punitiva. Com uma educação de alto controle e de alto apoio, teremos a disciplina restaurativa, que se diferenciam dos outros modelos, sendo a disciplina ideal para a formação humana, combinando equilíbrio entre o controle e o apoio, evitando excessos entre as disciplinas.

Sabemos que assumir este modelo restaurativo é um desafio pois estamos inseridos em uma cultura violenta e patriarcal que valoriza a guerra e a luta, onde um perde e o outro ganha, este,

É um tipo de cultura que nos afasta da linguagem do amor, cooperação e compaixão, da expressão das nossas necessidades, emoções e sentimentos, e que nos remete a agir por meio da linguagem da exigência e da obediência, do poder e da posse onde os conflitos se tornam confrontos e são resolvidos por meio de disputas e violência (CAPPELLARI, 2012, p. 34)

Para trabalharmos com as Práticas Restaurativas, é preciso aproximar-se da linguagem “que nos leva a nos entregarmos de coração, ligando-nos a nós mesmos e aos outros de maneira tal que permite que nossa compaixão natural floresça” (ROSENBERG, 2006, p.21).

Utilizando as técnicas da comunicação não violenta, permitimos a responsabilização e restauração dos sujeitos, fortalecendo assim as relações e a capacidade de continuarmos humanos, mesmo nas situações mais difíceis. Assim, a comunicação não violenta (CNV) é um método de comunicação desenvolvido pelo psicólogo americano Marshall Rosenberg, que reformula a forma de nos comunicarmos, sendo de forma clara e empática, que se dá a partir de quatro componentes: observação, sentimento, necessidades e pedido. A partir desses elementos, a “CNV promove maior profundidade no escutar, fomenta o respeito e a empatia e provoca o desejo mútuo de nos entregarmos de coração” (ROSENBERG, 2006, p. 32).

Utilizando essas técnicas para o tratamento dos conflitos, não se busca culpados e nem medidas punitivas, mas estabelece-se o diálogo para que os sujeitos possam encontrar a melhor solução do conflito, compreendendo os sentimentos e necessidade de cada um, restaurando as relações. Baseada na CNV, as práticas restaurativas possibilitam o encontro com as emoções, podendo nos ajudar a “sermos quem realmente somos” (BOYES-WATSON e PRANIS, 2011, p. 29).

Diante disso, trabalhar com as Práticas Restaurativas possibilita uma mudança cultural no espaço escolar, sendo necessária apropriação das técnicas, internalizando-as antes de praticá-las. Por não ser uma tarefa fácil, a seguir, abordaremos as possibilidades e os desafios do trabalho desenvolvido pela Assistência Estudantil com as Práticas Restaurativas.

2 - As possibilidades e os desafios do trabalho da Assistência Estudantil com as Práticas Restaurativas

O IFFar é constituído hoje por 11 unidades, entre elas, 4 possuem servidores lotados na Coordenação de Assistência Estudantil que atuam com as práticas restaurativas. Nas demais unidades, há professores e técnicos administrativos em educação lotados em outros setores, como Setor de Apoio Pedagógico, Coordenação de Ações Inclusivas, e setores administrativos. Nestes 4 campi, encontramos 8 servidores que possuem a capacitação em Práticas Restaurativas, sendo que 6 servidores participaram da pesquisa.

Antes de questionarmos sobre os desafios e as possibilidades deste trabalho questionamos sobre o que os participantes entendem por Práticas Restaurativas. Os participantes responderam que percebem essas práticas como um conjunto de técnicas/práticas/instrumentos/ferramentas que possibilitam uma maior consciência sobre o conflito ou prevenção; a construção de uma cultura de paz; um espaço de diálogo e escuta; a reparação de danos; restauração de vínculos; a responsabilização; a construção coletiva de estratégias para enfrentamento de situações conflituosas; a ressignificação das relações (com os outros e com o mundo); o fortalecimento dos vínculos; a horizontalidade; a ética; o protagonismo dos participantes e o respeito entre eles, conforme os relatos a seguir: “1 - Entendo como um conjunto de técnicas/práticas que possibilitam o diálogo de forma respeitosa em situações conflituosas e dolorosas, busca a reparação de danos e o

resgate de vínculos com responsabilização. Depois de algumas práticas e estudos tornou-se muito mais que isso (uma técnica/procedimento de trabalho) é algo que vem pra vida pessoal e familiar” (RESPONSABILIZAÇÃO⁷); “2 - “São instrumentos que possibilitam o fortalecimento de vínculos e a resolução de conflitos de forma horizontal, respeitosa, dialógica, responsável e ética, proporcionando protagonismo dos participantes e a construção de uma cultura de paz” (ESPERANÇA).

As Práticas Restaurativas promovem princípios e valores, que utilizam abordagens inclusivas e solidárias legitimando as experiências e necessidades de todos os envolvidos, permitindo “agir e reagir de forma a restabelecer o outro ao invés de alienar e coibi-lo” (AMSTUTZ e MULLET, 2012, p.34). A estimulação que os valores e princípios propiciam, sobre a fala e escuta, possibilita que as experiências, necessidades e sentimentos de todos sejam expostos e validados.

Todos os participantes da pesquisa estão realizando as práticas através dos Círculos de Construção de Paz. Sendo o círculo um processo onde as pessoas se aproximam ao compartilhar suas histórias de vida e principalmente aquilo que lhes é significativo, este possibilita os mais diversos sentimentos em quem participa. Os facilitadores participantes desta pesquisa, descrevem que ao facilitar este trabalho sentem: a gratidão, a curiosidade, a estimulação para o trabalho; a motivação; a confiança; desafiados; sentem que o processo auxilia na compreensão das situações apresentadas e também que deveriam ter mais tempo para poder realizar mais atividades.

Conforme Kay Pranis (2010, p.18) os círculos de construção de paz ao reunirem pessoas que se tratam igualmente, de forma horizontal, mantendo uma relação de troca honesta sobre as questões que são difíceis e também sobre as experiências que são dolorosas, possibilitam um ambiente de respeito e amorosidade entre todos.

⁷ Escolheu-se como nomes dos participantes da pesquisa os valores fundamentais das Práticas Restaurativas.

No processo circular, a antiga sabedoria comunitária e o valor do respeito pelas necessidades, diferenças e dons individuais facilitam ao respeito a presença e a dignidade de cada participante; a valorização das contribuições de todos; salientam a conexão entre todas as coisas; oferece apoio para a expressão emocional e espiritual; dá voz igual para todos (PRANIS, 2010, p. 19). Diante do exposto segue mais um relato que reflete a teoria na prática: “Hoje vejo como essencial o uso das práticas como prevenção e na resolução de conflitos na escola. Sinto a melhora de relacionamentos, conexões entre os alunos, confiança, compreensão mútua, valores compartilhados e comportamentos que unem e tornam uma ação cooperativa possível. É gratificante ver a restauração de relacionamentos e reparo de danos entre os grupos” (RESPEITO).

Facilitar um Círculo de Construção de Paz se torna um grande desafio pois ele possibilita a criação de:

liberdade para expressar a verdade pessoal, para deixar de lado as máscaras e defesas, para estar presente como um ser humano inteiro, para revelar nossas aspirações mais profundas, para conseguir reconhecer erros e temores e para agir segundo nossos valores mais fundamentais (PRANIS, 2010, 25).

Assim o papel do facilitador é ajudar a criar e manter um espaço que seja seguro o suficiente para que os participantes possam falar de forma honesta e aberta, sem desrespeitar os demais, engajando os participantes a compartilhar histórias e responsabilidades pelo espaço e trabalho ali compartilhado. O facilitador também é participante, por isso estabelece uma relação de cuidado e bem-estar com os membros do círculo (BOYES-WATSON e PRANIS, 2011, p. 41).

Para os facilitadores desta pesquisa, os desafios que encontram na realização da facilitação de Círculos de Construção de Paz não conflitivos são:

Administrar as emoções e tensões provocadas pelas “falas”, não se deixando afetar

Alcançar o objetivo proposto
Conhecimento teórico
Construir um círculo que atenda a necessidade do grupo
Continuidade de ações com o mesmo grupo
Fazer com que todos participem espontaneamente e percebam que é um momento importante, pois em alguns casos, há resistência;
Organizar os atendimentos das situações apresentadas no círculo, visto que as agendas de trabalho estão sobrecarregadas
Tempo de execução das atividades no horário de aula (pouco tempo)
Trabalhar com os alunos do Ensino Médio, pela dificuldade de falar (os alunos) no grande grupo

Os Círculos Restaurativos são utilizados para lidar com diferentes situações onde o conflito tenha gerado dano a uma das partes envolvidas. Ele reúne estes sujeitos que estão disponíveis para resolver suas diferenças, além de pessoas da comunidade - indicadas pelas partes - que possam colaborar para que o conflito seja resolvido. Com o auxílio do facilitador, os participantes poderão expressar seus sentimentos e suas considerações sobre o fato, possibilitando, a partir disso, um consenso para a resolução do conflito. No espaço escolar podem ser comunidade: o professor, outro aluno, funcionários, direção, pessoas da rede de atendimento, pessoas da comunidade, etc.

Referente os Círculos Restaurativos/Conflitos, três facilitadores realizaram este trabalho, os demais, não o fizeram por falta de oportunidade. Sobre como se sentem ao facilitar um Círculo Restaurativos, os participantes dizem que sentem gratidão, desafiados, que contribui para melhorar a qualidade de relacionamentos e empatia com os colegas; que precisam estar bem preparados para realizar este trabalho. E os desafios para a realização dos círculos pelos facilitadores são:

Administrar as emoções e tensões provocadas pelas “falas”, não se deixando
--

afetar
Alcançar o objetivo proposto
Capacitação profissional
Construir um círculo que atenda a necessidade do grupo para resolver o conflito
Facilitar grupos de servidores, pela resistência em participar dos círculos
Fazer as perguntas norteadoras certas
Fazer com que as pessoas envolvidas estejam mobilizadas e motivadas a solucionar seus conflitos
Não julgamento prévio

O processo circular é realizado em grupo, porém os sentimentos e necessidades são individuais. Assim pudemos perceber que cada facilitador participante possui diferentes desafios na execução de seu trabalho, tanto nos Círculos Restaurativos, quanto nos Círculos de Construção de Paz, uma das participantes, diz sentir o mesmo desafio em ambos círculos, mas para a maioria dos facilitadores (5), a capacitação para a execução do trabalho é um dos maiores desafios, em função da tensão que gera o trabalho direto com o conflito, conforme o relato abaixo: “Todo o círculo conflitivo causa uma certa tensão e desafio, pois o ser humano é imprevisível e, por isso, é necessário estar bem preparado para administrar as tensões que poderão surgir, a capacitação é muito importante para isso” (CONFIANÇA).

O trabalho com os círculos se torna um desafio, pois não estamos habituados a nos encontrarmos desta maneira para dialogar, quem dirá para resolvermos conflitos. Para Boyes-Watson e Pranis (2017, p. 38) “quando sentamos em Círculo, nós ‘nadamos contra a corrente’ das rotinas inconscientes agregadas na própria estrutura do dia escolar”.

Para as autoras, se entendermos que as regras e princípios incorporados nas rotinas inconscientes na escola sobre como se comportar e o que é importante, conseguiremos entender porque as práticas circulares são tão desafiadoras em

diferentes contextos. Destacamos aqui o desafio de facilitar círculos com os servidores (docentes e técnicos), visto a resistência encontrada por alguns facilitadores na participação destes colegas, que é encontrado por dois participantes da pesquisa.

Apesar dos desafios, muitas são as possibilidades encontradas para o trabalho com as Práticas Restaurativas. Sobre as possibilidades para o trabalho com os Círculos de Construção de Paz, os facilitadores encontram as seguintes:

Aplicar em demandas escolares (reuniões, atendimentos em sala de aula, conselho de classe...)
Compartilhar o que aprendemos criando novos espaços de circulação dessas práticas
Construção de relações mais humanas e horizontais
Cultivo da amorosidade e do cuidado
Estabelecimento de vínculo afetivo e profissional
Facilita a escuta ativa
Fortalecimento das relações
Lidar de forma qualificada com o conflito
Maior diálogo e empatia entre as pessoas
Melhora a comunicação entre os envolvidos
Oportuniza o esclarecimento das necessidades não atendidas dos envolvidos e as possíveis resoluções
Possibilidade de mudança cultural na escola/ mudança institucional
Resolver conflitos

Os Círculos de Construção de Paz são processos carregados de valores que são compartilhados entre todos os participantes. Eles partem do ponto onde todas as pessoas possuem o desejo de estarem ligadas a outras de forma positiva (PRANIS, 2010, p. 39-40).

As escolas são espaços dinâmicos, intensos, onde o conviver é tarefa diária. As possibilidades deste trabalho encontradas pelos facilitadores, auxiliam na construção de uma escola saudável, com um ambiente justo e equitativo, estabelecendo conexão entre as pessoas e construindo relações mais humanas e horizontais baseadas no cuidado mútuo. Um dos participantes relata que este trabalho traz: “Possibilidade de uma mudança institucional, uma mudança que possibilite maior diálogo e empatia entre as pessoas e também a possibilidade de multiplicar o que aprendemos criando assim novos espaços de circulação dessas práticas” (HUMILDADE)

Nos Círculos Restaurativos/Conflitivos a possibilidade encontrada pela maioria dos participantes se remete a questão disciplinar punitiva do ambiente escolar, vendo o processo circular como uma ferramenta importante para a resolução de conflitos através de outra lente, a restaurativa. Assim, encontramos as seguintes possibilidades:

Auxiliar a compreender a complexidade da situação vivenciada e a possibilidade de transformação
Colaborar com a permanência e êxito dos estudantes
Colaborar com a qualidade de vida
Construção de uma disciplina restaurativa no âmbito escolar
Evitam processos disciplinares
Fortalecimento de uma cultura de paz
Melhora prática da escuta ativa
Mudança do caráter estritamente punitivo na resolução do conflito
Trabalhar dimensão socioeducativa nas situações de conflito, evitando medidas disciplinares punitivas

Com os Círculos Restaurativos/Conflitivos é possível uma mudança cultural sobre a forma de tratamento de conflitos no ambiente escolar, neste caso, no IFFar.

A construção de uma disciplina restaurativa, possibilita trabalhar sob duas perspectivas: da prevenção e da restauração, pois reconhece o conflito como positivo para o processo educativo (AMSTUTZ e MULLET, 2012, p. 53).

Segundo AMSTUTZ e MULLET (2012, p. 37) para a concretização da disciplina restaurativa, é preciso flexibilidade e criatividade, pois exige pensar sobre as regras, muito mais sobre quais são os comportamentos que ela pretende regular, além das consequências delas. É preciso construir coletivamente as regras de convivência, as ações desenvolvidas na escola. Fazer com os sujeitos deste espaço, para que assim possa-se ter êxito e diminuir as medidas disciplinares, pois assim, os sujeitos serão parte da construção de todo o processo.

Por fim, os facilitadores percebem que houve mudança no trabalho a partir do momento em que iniciaram a facilitação das práticas, e por isso, compreendem que é uma ferramenta importante que qualifica o trabalho no espaço escolar, além de humanizar as relações através da construção de vínculos que são necessários para um espaço escolar saudável.

Considerações finais

Para este trabalho, buscou-se compreender quais as possibilidades e desafios que os servidores do IFFar lotados no setor de Assistência Estudantil possuem referente ao trabalho desenvolvido com as Práticas Restaurativas, bem como identificar quais os campi utilizam essas práticas como ferramenta de trabalho e de verificar os desafios e possibilidades.

Inicialmente, pensou-se como hipóteses de desafios para a atuação com as práticas os limites pessoais dos facilitadores e também a resistência dos gestores, servidores e/ou alunos, e para as possibilidades do trabalho com as práticas restaurativas pensou-se na prevenção dos conflitos e da violência escolar, a

promoção do autocuidado, a construção de espaços de escuta e a humanização das relações na escola.

Na pesquisa realizada com os facilitadores, pudemos perceber que as hipóteses foram confirmadas, além de outras possibilidades e desafios que são encontrados na execução das Práticas Restaurativas.

Por serem encontros que contribuem significativamente para a resolução dos conflitos qualificando e construindo um espaço de convívio saudável na escola, os círculos oportunizam que as pessoas tenham um espaço de fala, onde a dor, raiva, angústia, preocupação, e tantos outros sentimentos, possam ser expressos com segurança e sem julgamentos.

Percebe-se também, que essas práticas possibilitam a compreensão de que todos os seres estão interconectados além de ser um meio para reestabelecer essa conexão. Por meio dela, que conseguimos mudar a forma de ver os conflitos e o outro, sendo através da prática da empatia, do respeito e da compaixão. Desta forma os processos circulares colaboram com a permanência e êxito dos estudantes na Instituição, visto que este processo auxilia na construção do pertencimento, no sentimento de respeito e apoio, além da corresponsabilização de todos.

Muitas são as possibilidades e desafios para a efetivação deste trabalho, porém, percebe-se que são práticas transformadoras de relações, inicialmente entre si (facilitador), depois entre si e os outros e, entre toda a comunidade escolar. A longo prazo muitos são os benefícios para a transformação do espaço escolar possibilitando ser uma comunidade restaurativa, auxiliando sucesso do processo de ensino/aprendizagem, além de construir um lugar saudável com base na não violência e no diálogo.

Por fim, sendo que as Práticas Restaurativas são metodologias novas na Instituição este estudo não encerra aqui, é necessário avaliar os resultados destes trabalhos relacionados aos processos disciplinares e também é preciso estabelecer mecanismos de avaliação, e principalmente, de suporte ou supervisão aos facilitadores, para que dúvidas ou desafios sejam superados coletivamente,

possibilitando uma melhora nas atividades, onde o facilitador sentirá maior segurança e apoio as suas ações.

REFERÊNCIAS

AMSTUTZ, Lorraine Stutzman, MULLET, Judy H. **Disciplina Restaurativa para escolas: responsabilidades e ambientes de cuidado mútuo**. São Paulo: Palas Athena, 2012.

ANTUNES, Evelise Dias. **Assistência Estudantil nos Institutos Federais: da política à implementação**. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, p. 272. 2018.

ASSUMPÇÃO, Cecília Pereira de Almeida, YAZBEK, Vania Curi. **Justiça Restaurativa: Um Conceito em Desenvolvimento**. In: GRECCO, A. e outros. **Justiça restaurativa em ação: práticas e reflexões**. São Paulo: Dash, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto et. al. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BOYES-WATSON, Carolyn; PRANIS, Kay. **Círculos em movimento: Construindo uma comunidade escolar restaurativa**. Tradução Humberto Mariotti. 2017.

BOYES-WATSON, Carolyn.; PRANIS, Kay. **No coração da esperança: guia de práticas circulares: o uso de círculos de paz para desenvolver a inteligência emocional, promover a cura e construir relacionamentos saudáveis**. Tradução Fátima de Bastiani. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do RS. 2011.

BRASIL. **Decreto Nº 7.234**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 18 de agosto de 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.892**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá

outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 03 de agosto de 2019.

CAPPELLARI, Jéferson. **ABC do Girafês: Aprendendo a ser um comunicador emocional eficaz**. Curitiba: Multideia, 2012.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Instituto Federais Gaúchos e o trabalho do Assistente Social: alcances, perspectivas e desafios**. Dissertação (mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, p. 256. 2013.

COSTELLO, Bob. WACHTEL, Joshua, WACHTEL, Ted. **Manual de Práticas Restaurativas para docentes, agentes disciplinadores e administradores de instituições de ensino**. Trad. Renata Guedes Silva. Betlhem: Internation Institute for Restorative Practices, 2012.

EVANS, K., VAANDERING, D. **Justiça Restaurativa na educação: promover responsabilidade, cura e esperança nas escolas**. São Paulo: Palas Athena, 2018.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. **PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026**. Resolução CONSUP 09/2019 de 26 de abril de 2019.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. **Resolução CONSUP 071/2018 de 30 de outubro de 2018**. Estabelece a Política de Não Violência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. **Resolução CONSUP 066/2018 de 08 de agosto de 2018**. Aprova o Regulamento de Convivência Discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. **Manual para Instauração e Acompanhamento de Processo Disciplinar Discente**. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/assist%C3%A2ncia-estudantil/apresentacao-ae>> Acesso em 15 de agosto de 2019.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. **Resolução CONSUP 012/2012 de 30 de março de 2012**. Aprova a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

MINAYO, Maria Cecília Souza. **Ciência técnica e arte**: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PISTOIA, Cristiane Debus; SILVA, Isabel Cristina Martins. **Práticas Restaurativas**: uma metodologia ao alcance do educador. Porto Alegre: Ediplat, 2017.

PRANIS, Kay. **Processos Circulares de Construção de Paz**. Trad. Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2010.

ROSENBERG, Marshall Bertram. **Comunicação não-violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. T. Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.